



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES  
CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**AMINATA NADIA GOMES MANÉ**

**O PROCESSO SELETIVO DA UNILAB PARA ESTUDANTES  
ESTRANGEIROS: O CASO DOS ESTUDANTES GUINEENSES NO  
CAMPUS CEARA, EDITAIS 2014 A 2018**

**ACARAPE**

**2021**

AMINATA NADIA GOMES MANÉ

O PROCESSO SELETIVO DA UNILAB PARA ESTUDANTES  
ESTRANGEIROS: O CASO DOS ESTUDANTES GUINEENSES NO  
CAMPUS CEARA, EDITAIS 2014 A 2018

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Ceará.

Orientador: Prof. Dr. Lourenço Ocuni Cá

ACARAPE

2021

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>DELIMITAÇÃO DO TEMA</b>	<b>8</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>8</b>
3.1	OBJETIVO GERAL	8
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
<b>4</b>	<b>PROBLEMATIZAÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>5</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>9</b>
<b>6</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>11</b>
<b>7</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>13</b>
7.1	ESCOLA PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU	16
7.2	FALTA DE INSUMOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS	19
7.3	ESCOLA PRIVADA	21
7.4	ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU	22
7.4.1	Falta de infraestrutura e a dificuldade no ensino superior na Guiné-Bissau	25
7.5	DISPARIDADE DE GÊNERO NO PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES GUINEENSES PARA UNILAB	26
7.6	PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES AFRICANOS NA UNILAB: O CASO DOS ESTUDANTES DA GUINÉ-BISSAU	30
7.6.1	Cooperação Brasil/Guiné-Bissau	30
7.6.2	Processo seletivo dos estudantes guineenses no caso UNILAB	31
7.7	PREPARATIVO DE IDA PARA O BRASIL	33
7.8	POLÍTICA DE ACOLHIMENTO NA UNILAB	34
<b>8</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	<b>35</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>36</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Após os primeiros anos da independência da Guiné-Bissau que se engendraram uma vigorosa política de massificação do ensino, a estratégia de desenvolvimento do ensino aprovado pelo Decreto nº 88, de 30 de dezembro de 1975, de insuflar mais dinâmica e incentiva à trajetória profissional dos docentes. Porém, volvidos cerca duas décadas, a consecução dos nobres objetivos preconizados continua a ser uma miragem, em virtude de inúmeros problemas que a implementação da carreira docente enfrenta, problemas esses inerentes à sua própria gênese, dos desgastes institucionais que corroíam os serviços públicos e a administração do Estado e das evoluções substanciais registradas no contexto em que surgiram e que deviam enquadrar a sua aplicação duradoura (CÁ, 2005).

Entretanto, o diagnóstico do setor educativo da Guiné-Bissau em 2010 revelou progressos consideráveis no domínio da cobertura escolar, em todos os níveis do sistema educativo, ao longo de sete anos. A taxa bruta de escolarização (TBE) da pré-escola passou de 2% em 2000, para 5% em 2006. Para o ensino básico, a TBE passou de 70% em 2000, para 101% em 2006. No ensino secundário, de 19% para 30% em 2006 (37%) no ensino secundário geral e 19% no ensino secundário complementar). No ensino superior (universidade) criado em 2003, contavam-se 224 estudantes para cada 100.000 habitantes, em 2006<sup>1</sup>.

Essa evolução positiva da cobertura quantitativa do sistema é a consequência não só do progresso registrado na expansão da rede das escolas públicas, mas também acentuado desenvolvimento da pré-escola e do ensino básico por parte das comunidades. Esta iniciativa comunitária deve ser entendida mais como um indicador da pressão exercida sobre oferta escolar do que uma demonstração da capacidade financeira em prestar serviços educativos do Estado guineense para a população.

Essa tendência, por real que seja não passa de dissimulação de certa disfuncionalidade do sistema educativo. O acesso à escola não é universal, visto que dos 76% de crianças que entram na escola<sup>2</sup> somente 48% chegam a última classe/série do ensino básico, isto é, 6ª classe. Portanto, a retenção\aprovação no ensino básico é muito baixa, com particular incidência nas primeiras classes desse nível de ensino. Esta constatação, vale também para o ensino secundário geral, acentuada pelas disparidades regionais, começando pelo meio social e da questão de gênero, como, por exemplo, na zona rural, as meninas têm duas vezes menos

---

<sup>1</sup> Carta da política do setor educativo da Guiné-Bissau. Bissau, 2010, p.1-12.

<sup>2</sup> Probabilidade de acesso à escola em 2006.

oportunidades de concluir o ensino básico que os meninos e, na zona urbana, as meninas 1, 4 vezes menos que os meninos (GUINÉ-BISSAU, 2010).

Os meios pedagógicos são praticamente inexistentes (nenhum ou pouco manual disponível para os alunos). Na realidade, as despesas referentes aos aspectos pedagógicos no processo de ensino-aprendizagem são quase nulas. O sistema educativo sofre igualmente a disfuncionalidade estrutural, particularmente quanto ao seu acompanhamento. A taxa de alfabetização continua ainda muito fraca (apenas 42% da população é alfabetizada, em decorrência da ausência de uma política eficaz de alfabetização. Com o objetivo de corrigir a disfuncionalidade constatada, o governo da Guiné-Bissau decidiu implementar um programa de desenvolvimento do setor da educação para os próximos 11 anos (2009-2020). Neste contexto, as oportunidades de funcionamento tornadas possíveis pela iniciativa Fast-Track ofertar ao sistema educativo a possibilidade de beneficiar de recursos adicionais para realizar progressos significativos nos planos quantitativos e qualitativos. Esta perspectiva resultaria da vontade do governo de efetivar a escolarização de base universal até 2020 e de inscrever, desta forma, o país no processo de redução da pobreza e projetar o desenvolvimento econômico e social durável. A implementação desse programa dependeria, de um lado, de um forte e efetivo engajamento político e de outro, a estabilidade institucional (GUINÉ-BISSAU, 2010)

No âmbito do desenvolvimento do sistema educativo, o principal objetivo prende-se com a conclusão universal do ensino básico com serviços de melhorar a qualidade. A política educativa apoiar-se-ia igualmente nos seguintes objetivos:

- promover o ensino pré-escolar;
- melhorar o acesso e conclusão do ensino básico;
- melhorar a cobertura do ensino secundário geral, perspectivando uma progressiva cobertura a oferecer a um grande número de jovens (9 anos de escolaridade);
- melhorar a qualidade dos serviços educativos oferecidos no subnível de ensino secundário complementar, não descurando a sua ampliação para 3 anos de duração (implementação do 12º ano);
- desenvolver nos jovens competências apropriadas para a sua inserção na sociedade através da promoção de ensino técnico e formação profissional;
- melhorar o ensino superior e promover a investigação científica para responder em quantidade e qualidade, às demandas da economia e às necessidades da sociedade;
- desenvolver programas de alfabetização e educação de adultos;

- melhorar a gestão e monitoramento do sistema educativo, através da alocação dos recursos, implementação de medidas que permitam a transformação dos recursos em resultados por parte dos alunos;

- promover a equidade entre gêneros, situação geográfica e categorias sociais;

- acrescer o papel do setor privado na oferta educativa, particularmente em nível do ensino secundário e superior;

- promover e melhorar a saúde escolar e desenvolver os comportamentos cívicos relativos à paz (GUINÉ-BISSAU, 2010)

A Lei de Base da Educação da Guiné-Bissau garante em seu quadro normativo que o sistema educativo deve prosseguir os seguintes objetivos: a) Garantir em liberdade de consciência, a formação moral e cívica dos educandos; b) Assegurar uma adequada formação orientada para o trabalho, levando em conta a vocação, os interesses e a capacidade de cada um; c) Diversificar, desconcentrar e descentralizar as estruturas e atividades educativas, de modo a adaptá-las às realidades do país; d) Promover a participação de toda a população, designadamente alunos, pais e encarregados de educação, docentes e outros atores do processo de educação, na definição da política educativa e na administração escolar; e) Promover, no que concerne aos benefícios da educação, ciência e cultura, a correção das assimetrias locais; f) Garantir uma escolaridade de nova oportunidade a pessoas que não beneficiaram da escolaridade em tempo oportuno e àquelas que, por motivos profissionais e de elevação do nível cultural, pretendem entrar no sistema; g) Garantir a ambos os sexos a igualdade de oportunidades; h) Contribuir para a salvaguarda e aprofundamento do nosso diversificado património cultural(GUINÉ-BISSAU, 2010)

Entretanto, a maior parte dos liceus do país estão centralizados na capital (Bissau), isso acaba dificultando os alunos que estão no interior. Verifica-se também frequentemente as sucessivas greves dos professores que acontecem nas escolas públicas na Guiné-Bissau. A maior parte das escolas que ficam nas regiões acabam por adotar o regime de autogestão, onde os pais e encarregados dos alunos pagam um valor a cada mês ou semestre, assim sendo, os professores não entram em greve nessas escolas, isso ajuda os seus filhos a ter um ano letivo sem interrupções.

O país carece das instituições do ensino superior, podemos dizer que esse setor se encontra no estágio embrionário, pois, as bibliotecas estão com poucos livros, falta dos quadros e dos professores formados para ministrar as aulas nas universidades, além disso, o país conta com uma universidade pública: a Universidade Amílcar Cabral (UAC), que foi fundada em 6 de dezembro de 2003 e outros estabelecimentos universitários vierem a surgir a partir dos anos

subsequentes. Todas essas universidades ficam centralizadas na capital (Bissau), com falta dos laboratórios para os alunos das áreas que necessitam de tê-los. Há poucos cursos nas universidades, tudo isso faz com que a maioria dos alunos acabe por procurar formas de se estudar fora do país, para ter a oportunidade de escolha de cursos

Antes da Guiné-Bissau tomar a sua independência já tinha uma boa relação com o Brasil, este laço de amizade entre os dois países resultou numa cooperação bilateral assinada entre a Guiné-Bissau e o Brasil no âmbito de ensino superior na ajuda de formação dos quadros superiores guineense através do programa estudantil que é o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) que foi criado em 1965, com objetivo de disponibilizar vagas de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras para alunos de países em desenvolvimento que possuam convênios de cooperação educacional com o Brasil. (CÁ, 2009), depois da independência da Guiné-Bissau no ano 1973, os alunos começaram a vir estudar no Brasil. O número de estudantes contemplados com bolsas de estudantes começou a aumentar ano a ano.

Além de PEC-G os guineenses vêm para estudar no Brasil nas instituições privadas. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) foi criada através da cooperação entre os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), “pela Lei 12.289 de 20 de julho de 2010 na região do Maciço de Baturité, na Cidade de Redenção, a escolha dessa cidade para construir a universidade é porque foi a primeira cidade que aboliu a escravatura no Brasil no ano de 1883” (UNILAB, 2010, p. 9). Com aumento de números de formados para os países parceiros da Língua portuguesa.

Para vir estudar na Unilab é preciso fazer inscrição no site da própria universidade para seleção dos candidatos. São analisados os que fizeram inscrição de acordo com edital. Subsequentemente, há análise de históricos escolar e por últimos as notas/medias dos candidatos. Os concorrentes que conseguiram cumprir com todos os requisitos pedidos são deferidos.

Depois de selecionar as candidaturas, a Unilab delega professores que vão aplicar as provas nos países onde os candidatos se inscreveram. A organização é apoiada pelas embaixadas brasileiras nesses países. Além das provas serem realizadas nas embaixadas, também são escolhidas algumas escolas para a sua realização. As provas costumam ser realizada no período de manhã e da tarde, das 09h:00 às 12h:00; à tarde das 14h:00 às 18h:00, pois é necessário que o candidato leve o seu comprovante de inscrição e o documento de identidade com foto, para não haver confusão com os homônimos.

Depois que os testes forem realizados nos países que fazem parte da cooperação com a UNILAB, os professores responsáveis para cuidar das provas, voltam com as mesmas para o Brasil, para serem corrigidas pela comissão responsável. Depois da correção, o resultado é publicado no site da Unilab, os/as candidatos/as que conseguirem cumprir com o que é pedido na prova serão deferidos ou selecionados ou melhor conseguem vagas para ingressar no edital.

Com a exceção do edital 2018 em que as meninas e meninos tiveram paridade, mas nos editais anteriores, havia pouca participação das meninas no processo seletivo da UNILAB. A exemplo do edital 2014, vieram 18 estudantes dos quais apenas 02 meninas. Essa disparidade se deve a cultura da própria sociedade guineense, pois nela, os meninos têm mais privilégios em relação às meninas, pois os deveres das meninas é cuidar das loiças, cozinhar, procurar água e entre outras coisas, isso rouba tempo que elas poderiam aproveitar para estudar enquanto que os meninos não trabalham a não ser estudar.

A maioria das meninas quando chega uma certa idade, são obrigadas a se casar sem suas vontades com homens mais velhos. Resultado de tudo isso, elas acabam ficando grávidas com idade muito menor, sem condições e maturidade para cuidar da criança que vai nascer, o marido não tem interesse para que ela continuasse os seus estudos, pois esses homens não estão nem aí para a que essas meninas continuassem a estudar.

A gravidez precoce é um dos fatores que contribuem e muito no abandono escolar por parte das meninas quando estão grávidas. A maioria fica com vergonha de voltar para a escola. Em época da colheita de castanha de caju, a maioria das meninas são obrigadas a abandonar a escola para ajudar as suas mães, tias/responsáveis por elas e familiares no trabalho da colheita, tudo isso acaba contribuindo no não prosseguimento dos estudos e assim, pouca participação no processo seletivo da UNILAB.

## **2 DELIMITAÇÃO DO TEMA**

Investigar o processo seletivo dos estudantes guineenses provenientes de escolas públicas e privadas da Guiné-Bissau aprovados nos anos de 2014 a 2018 no Curso de Bacharelado em Humanidades da UNILAB -CE.

## **3 OBJETIVOS**

### **3.1 OBJETIVO GERAL**



Analisar como ocorreu o processo seletivo da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) para os estudantes guineenses que ingressaram no Curso de Bacharelados em Humanidades a partir dos editais de 2014 a 2018.

### 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os fatores que contribuem para pouco ingresso das meninas nos processos seletivos;
- Verificar nos editais o quantitativo inscritos no processo seletivo para Curso de Bacharelado em Humanidades da UNILAB-Ce;
- Analisar a questão de gênero na aprovação dos alunos.

## 4 PROBLEMATIZAÇÃO

Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira ( UNILAB), é uma das instituições de ensino brasileira que recebe maior numero dos estudantes Internacionais principalmente, os estudantes guineenses. Posto isto, indaga-se: Quais os fatores que contribuem para pouco ingresso das meninas e como entender essas relações de gênero no processo seletivo? O que motiva os jovens guineenses a saírem para vir estudar no Brasil concretamente na UNILAB?

## 5 JUSTIFICATIVA

A fragilidade do Estado da Guiné-Bissau desde a independência até os dias atuais, com má governação, nepotismo, corrupção, desigualdades sociais, as cíclicas instabilidades políticas e econômicas afetam a educação. Na Guiné-Bissau descaso com administração pública se reflete nas infraestruturas escolares em que as salas de aulas são feitas de *quirintins*<sup>3</sup> (instrumentos locais que servem como alicerces para a construção de algumas escolas improvisadas), números de dias letivos não completos, devido às greves e atrasos de salários dos professores e funcionários. Estes fatores têm dificultado na construção de uma política educativo para assegurar o normal funcionamento das instituições educacionais no país. A falta de interesse por parte do governo que não se preocupa com a educação de qualidade, isso faz com que a maioria dos estudantes procure formas de estudar fora do país para continuar os seus

---

<sup>3</sup> Forro de Bambu usadas na construção das salas de aula nas escolas públicas da Guiné-Bissau.

estudos. Devido a desinteresse do Estado guineense no que tange ao setor educativo, a maioria dos pais ou encarregados de educação tenta a todo custo que seus filhos estudem fora do país.

A criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) inicia-se no quadro da reestruturação e interiorização das universidades federais no Brasil, combinado com as visitas do ex-presidente da República do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva aos países Africanos.

A UNILAB foi criada pela Lei 12.289 de 20 de julho de 2010 na região do Maciço de Baturité, na Cidade de Redenção, a escolha dessa cidade para construir a universidade é porque foi a primeira cidade que aboliu a escravidão no Brasil no ano de 1883 (UNILB, 2010, p. 9).

O objetivo desta Universidade é fomentar a procura de formação e investigação nos países de língua portuguesa em um ambiente que respeite o multiculturalismo, a solidariedade e a cooperação nas diferentes identidades, promovendo assim o avanço da produção e divulgação do conhecimento. Portanto, a pesquisa tornou-se um novo centro de referência e intergeração para esses países por meio da ciência e da cultura, proporcionado espaço para a acumulação, cooperação e intercâmbio mútuo de ciência e tecnologia, o intercâmbio cultural e a promoção do desenvolvimento sustentável (UNILAB, 2010, p. 10).

Soube da existência da UNILAB e de seu processo seletivo da Unilab através de um amigo meu, então para saber mais das informações matriculei-me no Centro Cultural Brasil-Guiné-Bissau e comecei a estudar a literatura Brasileira porque era mais fácil se informar sobre o processo seletivo que UNILAB faz para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) assim como o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), criado oficialmente em 1965 pelo Decreto nº 55.613 e, atualmente regido pelo Decreto nº 7.948, oferece a estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras (MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL).

O interesse por esta pesquisa focada nos estudantes guineenses principalmente do curso de Bacharelado em Humanidades, surgiu a partir do momento que cheguei a Unilab Ceará, vi que quase 70% dos estudantes guineenses são do curso acima mencionado. Porque o curso de Humanidades oferece mais vaga para os estudantes na universidade e uma outra coisa gostaria de saber como é feito esse processo seletivo na UNILAB. É mais fácil um estudante sem condições financeiras conseguir ingressar na Unilab do que no Ministério da Educação da Guiné-Bissau. Uma outra questão que sempre faço a mim mesma e as outras pessoas é a

seguinte: como entender as relações de gênero no processo seletivo? A que se deve o menor número das meninas no processo seletivo? Maioria das pessoas se inscreve neste curso sem ter noção do que se trata, ou seja, fazem inscrições neste curso porque a probabilidade de conseguir se classificar é maior, devido a quantidade das vagas que são ofertadas. A Guiné-Bissau sempre preenche as vagas que são disponibilizados por causa da precariedade de ensino superior e falta das universidades públicas, privadas, institutos de ensino superior no país.

Quando me escrevi no processo seletivo da UNILAB, em humanidade nem sabia o que significava ou do que se tratava esse curso, mas assim que iniciei as aulas, no meu primeiro semestre nem sabia tanto sobre o curso, logo no segundo semestre comecei a me apaixonar pelo curso, porque consegui estudar um pouco de cada assunto das áreas humanas, como no caso História, Antropologia, Sociologia, Filosofia e Pedagogia. A partir desse intercâmbio de conhecimento entre as áreas das ciências humanas, especificamente as do segundo ciclo de Bacharelato em Humanidade (BHU) identifiquei-me com o curso de Pedagogia. Hoje, considero a Pedagogia como o meu curso favorito para a terminalidade.

O presente trabalho é de extrema importância para os pesquisadores que querem pesquisar sobre o processo seletivo de estudantes africanos especificamente os da Guiné-Bissau e escolha do curso de bacharelado em humanidades para os estudantes país, onde os estudantes em estudo são originários, também ajudará e contribuirá muito para sociedade guineense e a comunidade acadêmica da Unilab, principalmente para futuros pesquisadores, além disso, é um tema pouco tratado pelos estudantes guineenses. Também ajudará aos leitores ou pesquisadores a entender melhor como é feito o processo seletivo dos estudantes, no que se refere à seleção dos estudantes internacionais para ingressar nesta instituição de ensino de superior

Com a realização deste trabalho, esperamos ajudar a voltar para as salas de aula a maioria das jovens que desistiram dos seus sonhos, porque achavam que são pobres por isso, nunca conseguiriam chegar à uma universidade por motivo das suas condições financeiras. Nesse contexto, o trabalho vai explicitar a trajetória estudantil antes do ingresso na UNILAB.

## **6 METODOLOGIA**

O estudo será desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica, unido a análise de documentos (editais de 2014 a 2018) e como aportes teóricos se utilizará de trabalhos já publicados tais como: teses, artigos, livros e entrevistas estruturadas, como também o uso de recursos online (redes sociais) para desenvolver e suportar os objetivos propostos neste estudo referente ao assunto que pretendemos realizar.

Segundo Bourdieu (2018, p.148) a pesquisa bibliográfica investigada se entrega para o investigador todos os acontecimentos que sem terem se desenrolado sempre em suas estritas sucessões cronológicas (quem já coligiu história de vida sabe que os investigados perdem constantemente o fio da escrita sucessão do calendário) tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis).

A pesquisa bibliográfica é um passo fundamental em toda pesquisa científica que envolverá todas as etapas de um trabalho estudado, na medida em que der o alicerce teórico em que se baseará a pesquisa. Também ele consiste na classificação, seleção, fichamento e arquivamento de informação relacionadas a pesquisa.

Para Gil (2008), a pesquisa documental é bem semelhante a bibliográfica, a única diferença está na natureza das fontes, pois estas ainda podem ser reelaboradas de acordo com o objeto de estudo. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com o apoio em materiais já organizados, principalmente de livros e trabalhos científicos.

Segundo Strauss e Corbin (1998), o método de pesquisa é um conjunto de procedimentos e técnicas utilizadas para coletar e analisar os dados. O método fornece os meios para se alcançar os objetivos proposto, ou seja, as “ferramentas” das quais fazemos uso na pesquisa, a fim de responder a nossa questão; nesse sentido, a metodologia que será utilizada para a realização desta pesquisa é quali-quantitativa ou mista. Para Becker (2014) tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa, ambas buscam descrever a verdade social; têm as mesmas ciências do conhecimento e com destaque a questão diferentes.

Após este momento teórico, pretende-se fazer uma pesquisa de campo na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), onde serão entrevistados 18 discentes referente aos editais 2014 a 2018, levando em consideração a questão de gênero, nove (9) rapazes e nove (9) meninas.

Para o desenvolvimento da entrevista será elaborado um questionário semiestruturado que será aplicado no momento da entrevista para ter mais informação de como é que ocorreu o processo seletivo para os estudantes das escolas públicas e privadas. De acordo com a pesquisa apresentada por Blaser et al (2010) a trajetória de uma pessoa demonstra como sua história de vida está diretamente ligado aos fatos sociais, nos possibilitando refletir como esses fatores podem influenciar a vida. Nesse sentido, Gil (2008) a investigação de campo procura um aprofundamento de uma realidade específica. Trata-se basicamente da realidade por meio da observação direta das atividades do grupo em estudo e de entrevista com informante para captar as explicações do ocorrido naquela realidade.

## CAMPO DE PESQUISA

O campo da pesquisa será a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), e consistirá em entrevista com os estudantes guineenses do Curso de Bacharelado em Humanidades aprovados através dos editais de 2014 a 2018 que estudaram em escolas públicas e privadas na Guiné-Bissau, para compreender o sucesso no processo seletivo.

## 7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes da chegada dos colonizadores portugueses em África, concretamente, na Guiné-Bissau, os povos ali que habitavam já tinham a sua cultura e suas formas de ensinar ou de transmissão do conhecimento através da oralidade. As danças, rodas de conversas em volta da fogueira eram usadas como formas de educação e transmissão de conhecimento de geração em geração, por isso é que se diz quando morre um velho em África uma biblioteca se desaparece (CÁ, 2008, p.24-25), aponta que:

Na África o mundo é dominado pelas palavras, que é uma arte, havendo toda uma literatura elaborada com base na oralidade, que é, na realidade faz parte da maneira de ser do negro-africano. Nesse caso, a palavra não voa, permanece e transmite-se piamente de geração por intermédio de especialistas, isto é, dos mestres, os chamados *poços de sabedoria ou griot*.

Na visão dos colonizadores portugueses, a cosmologia da oralidade foi considerada pelos mesmos como primitivo e incivilizados, pois para eles, é um tipo de educação não formal que não se baseia num modelo cartesiano. Em consequência da negação da oralidade como um modelo educacional, os colonialistas começaram a impor suas culturas como protótipo a ser seguido.

Através desta negação, os portugueses criaram as escolas que respondiam suas necessidades, com o objetivo de inculcar a cultura europeia aos nativos. Os colonizadores adotaram a política de assimilação como forma de deixar algumas pessoas fora da rede escolar e expandir suas culturas e a fé cristã. A política de assimilação foi adotada pelos colonialistas como uma tentativa de domesticar e destruir as tradições culturais das **terras invadidas** e,

através da política etnocentrista e eurocêntrica de ludibriar os africanos de serem europeus, mas o intuito era formar os colaboradores, dissimulado em assimilação<sup>4</sup>.

Filhos desses assimilados só estudavam até 4º série para servir os interesses do colonizador. A metodologia de ensino naquela época era muito rígida obrigava os alunos a decorar o conteúdo. O professor era a pessoa que sabia tudo, o aluno só devia aprender, quem não aprendia apanhava com a palmatoria ou em outras formas de castigo de não aquisição de conhecimento transmitido pelo *magister dixit*. Segundo Cá (2008) na época da colonização a escola funcionava como um modelo fechado, ou seja, não era para toda população ter acesso à educação.

Nesse período a escola ficava situada no centro onde residiam o pessoal da administração colonial e os colonos. Isso impossibilitava os que estavam no interior de ter acesso à educação. Essa forma de cerceamento contribuiu muito no atraso da educação na Guiné-Bissau e conseqüentemente no obscurantismo e ignorância da maior parcela da população no país, o alto índice de analfabetismo na Guiné-Bissau logo após a independência era mais de 90% da população.

Pois bem, a Constituição da República Portuguesa de 1911 reformulou o estatuto jurídico das colônias portuguesas que passaram a denominar *Províncias Ultramarinas*, permitiu o clima de liberdade de expressão e de pensamento promovido pela revolução republicana de 1910, através do artigo 13, fez com que emergissem várias associações cívicas e de auxílio mútuo, no chamado Ultramar e em Portugal. Foi assim que na então província da Guiné, as primeiras associações só fizeram a sua aparição depois da implantação da República Portuguesa. Com efeito, em 25 de dezembro de 1910, em uma assembleia dos **nativos** da Guiné realizada em Bissau, era constituída uma associação escolar e instrutiva denominada *Liga Guineense*. Com aprovação dos estatutos em 4 de julho de 1911. Os objetivos mais importantes eram: a) fazer propaganda da instrução e estabelecer escolas tanto na sede como no interior, até onde chegassem os seus recursos; b) trabalhar na medida das suas forças para o progresso e desenvolvimento da Guiné e c) pugnar para o bem geral dos consócios e ainda se destacavam: 1) a criação de escolas diurnas para filhos dos sócios e indigentes e de escolas noturnas para adultos: operários e marinheiros; 2) proporcionar aos sócios leituras e distrações nos dias em que as escolas não funcionassem e 3) *promover conferências educativas* (PIMENTA, 2012, p. 51-61).

---

<sup>4</sup> O africano era aceite como civilizado e integrado na sociedade portuguesa se atingisse um certo nível cultural que incluía capacidade de ler e escrever em português.

A Liga admitia como sócios: **os marítimos, artífices, grumetes, empregados do comércio e indústria naturais da colônia**. Em 12 de outubro de 1911, o Centro Escolar Republicano, por iniciativa de um grupo de cidadãos republicanos de Bissau. No Centro só podiam ser sócios ou apenas poderiam assistir às suas atividades cidadãos republicanos inscritos e que cumpriam os deveres impostos pela lei orgânica do partido, sendo necessário fazer prova disso, ou tratando-se de pessoas do sexo feminino, atestar que eram mulher ou filha de sócios. Enquanto o **Centro integrava nativos da Guiné, cabo verdianos e portugueses metropolitanos**, com única exigência de serem **republicanos**, a **Liga** só admitia nativos (republicanos ou não) da Guiné integrados nas seguintes categorias sociais: **marítimos, artífices, grumetes e empregados do comércio e indústria**. Todavia, a elevada taxa de cota mensal exigida aos associados por parte das duas instituições (200 réis, para a Liga e 1000 réis para o Centro) que podia ser paga em uma única prestação ou à vontade do sócio, deve ter limitado e muito, a inscrição de muitos nativos da Guiné na Liga ou no Centro (PIMENTA, 2012, p.60-61).

As duas associações, a Liga Guineense e o Centro Comercial Republicano de Bissau eram filantrópicas, mas fica assim perceptível o aspecto elitista que transparecia da alta taxa de cota prescrita, mas, sobretudo, no caso concreto do Centro Escolar Republicano de Bissau, o fato de não acolher sócios não republicanos ou de não autorizar a participação nas suas atividades de pessoas que não fizesse prova de terem ligações de parentesco com algum associado.

Um dos grandes objetivos da Liga e do Centro constante nos estatutos era criação das escolas. O centro defendia no capítulo IX de seus estatutos a criação de uma instituição de ensino regida por um professor habilitado e nomeado em assembleia geral cujo salário mensal seria de 20.000 réis. Foi o que aconteceu em setembro de 1911. Devido à proximidade de um novo ano letivo e achando-se vago o lugar de professor do Centro, os órgãos sociais abriram concurso num prazo de 30 dias, para o preenchimento do respectivo lugar. O ordenado seria o estabelecido estatutariamente e 5000 réis para aluguel ou renda da casa, podendo ainda receber uma gratificação (se o merecer e a receita der). A preferência, em caso de igualdade de habilitações e de comportamento, recairia no candidato que fosse sócio do Centro ou que dispensasse a renda de casa. Em todo o caso, o vencedor do concurso seria sempre obrigado a inscrever-se como sócio para poder ocupar o lugar. Assim, estava determinado nos estatutos. Destarte, havia uma consciência por parte dos nativos da Guiné e dos responsáveis do Centro Escolar Republicano de Bissau de que a elevação do nível cultural da população só podia ser

conseguida por via da instrução. Neste sentido, a Liga Guineense e o Centro viam na educação como fator de promoção social.

Valentim da Fonseca Campos era um dos inconformados em relação ao estado do ensino na Guiné. Para ele, o **comércio e a instrução** eram os (únicos alicerces) em que se deveria fundamentar o progresso daquela colônia. Esse dirigente e fundador do *Centro Escolar Republicano de Bissau* era apologista de que se deveria construir escolas primárias não só nas praças principais, mas também nas *tabancas indígenas*, com professores diplomados e bem pagos. Em determinada ocasião chegou a propor mesmo a criação de um liceu em Bolama, ao tempo, capital da Guiné. Valentim da Fonseca responsabilizava o governo central pela falta de apoios e de nada fazer no sentido de melhorar a situação, quer relativamente às escolas da Liga e do Centro, quer no que dizia respeito às públicas, desprovidas de mobília, de utensílios e de professores competentes e como consequências disso o fato das mesmas estarem quase às moscas (PIMENTA, 20012, p.62-63).

Desse modo, a inquietação de Valentim da Fonseca Campos desde 1911, com relação ao ensino secundário liceal, depois das referências a ele feitas, pela primeira vez, na reforma de 1930, verificava-se que, em **1949**, foi criado em Bissau um instituto sem caráter oficial, mas com apoio financeiro da província, destinado a satisfazer as necessidades, tendo-se adotado as providências indispensáveis para que os cursos tivessem validade oficial. Em **1958**, dado ao aumento da freqüência do instituto de ensino liceal, foi à Guiné dotada com o Liceu Honório Pereira Barreto, localizado em Bissau, com os três ciclos liceais. A partir de **1959** começou a ser realizado na província da Guiné o exame de aptidão à matrícula nos estabelecimentos de ensino superior da metrópole (Lisboa). Portanto, o primeiro liceu público no país foi criado no ano de 1958, antigo Honório Pereira Barreto atual Liceu Nacional Kwame Nkrumah (CÁ, 2005).

## 7.1 ESCOLA PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

A educação é um caminho para o desenvolvimento de qualquer sociedade, desde a independência do país, a educação começou a se declinar no que concerne à má gestão da situação por parte dos nossos governantes. No caso da escola pública do país (CORREIA, 2013 apud INDI, 2017, p.9) afirma que o governo não dá muita atenção a educação, as verbas do Orçamento Geral do Estado (OGE) destinadas à educação são insuficientes, considerando as demandas da mesma. Com poucas verbas, como é o caso da Guiné-Bissau, não é suficiente para ter uma educação de qualidade e de acesso para todos.

Assim sendo, a escola continua sendo um lugar excludente das outras franjas sociais. Outrossim, são as exigências dos sindicatos ligados à educação sobre o pagamento de



muitos meses de salário em atraso aos professores contratados e novos ingressos<sup>5</sup>. O não cumprimento das exigências leva às sucessivas greves dos professores nesse setor. Com as greves que acontecem nas escolas públicas, a maioria dos estudantes fica em casa sem ter a possibilidade de continuar seus estudos, no que concerne ao acordo que o governo da Guiné-Bissau assinou com as Nações Unidas cujo lema a “educação para todos” Semedo (2005, p.4) nos evidencia que,

O Estado da Guiné-Bissau, tal como muitos países que fazem parte do Concerto das Nações, assinou, subscreveu e ratificou várias convenções e resoluções, entre os quais a da não discriminação da Mulher, a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos e a Convenção sobre os Direitos da Criança, que ratificou pela Resolução 6/90, do Conselho de Estado, de 18 de Abril de 1990 e, procedeu à revisão da sua Constituição, estabelecendo no seu Art.º 49 o direito e o dever da educação para todo o cidadão, atribuindo ao Estado a responsabilidade de promover gradualmente a gratuidade e a igual possibilidade de todos os cidadãos terem acesso aos diversos graus de ensino, etc.

De acordo com a citação, podemos perceber que até hoje, isso não está sendo cumprido pelo qual percebe-se que a maioria das crianças tem dificuldade de acesso a uma educação de qualidade principalmente as crianças que vivem nas zonas rurais. Com as sucessivas greves dos professores nas escolas públicas por falta de pagamentos de salário por parte do Estado, muitas das vezes, leva os professores a procurem o emprego nas instituições privadas, portanto, designados como professores turbos<sup>6</sup>.

Na mesma linha de pensamento, “a educação na Guiné-Bissau é sinônimo de greve porque é quase impossível terminar um ano letivo sem ter nenhuma greve ou paralisação” (INDI, 2017, p.13). Nesta lógica de baixos salários nas escolas públicas e sucessivas greves que acontecem, levam os professores a dar as aulas em muitas escolas privadas para poder preencher as lacunas financeiras e outras despesas familiares. “Em muitas das escolas do país encontra-se um único professor que é ao mesmo tempo o diretor” (MORGADO, 2019, p.44). As sucessivas greves nas escolas públicas levam a maioria dos estudantes a desistir dos estudos.

A história da Guiné-Bissau não faz parte do currículo escolar guineense tanto nas escolas privadas, assim como nas públicas, ou seja, não há disciplina específica que trata da história do país, tanto no ensino elementar de 1ª a 4ª série (classe) como complementar, de 5ª a 6ª classe; curso geral dos liceus de 7ª a 9ª classe e de 10º ao 12º ano.

---

<sup>5</sup> São aqueles professores que acabaram de sair nas escolas de formação e entraram para dar as aulas nos ensinos públicos.

<sup>6</sup> Por falta de pagamentos e por baixos salários que os professores recebem é que levam a maioria dos professores a dar aulas em diferentes escolas tanto público ou privado para poder suprimir as suas necessidades.

A história da Guiné-Bissau não é ensinada nas escolas públicas. Seria necessário que estudantes guineenses estudassem a história do seu país conhecendo as realidades e as riquezas dos mares, rios, matas, seus heróis nacionais da luta da libertação nacional e a história do país em geral (SAMPÁ 2015, p.4).

Segundo Mané (2020) o governo da Guiné-Bissau junto ao Ministério Educação deveria pensar a mudança do currículo escolar pelo qual os alunos teriam a oportunidade de conhecer a história do país e conhecendo a história das Guerras de Pacificação, as quatro fases da luta de libertação nacional e os heróis nacionais que deram a vida para que o povo guineense pudesse se libertar do obscurantismo perpetuado pelo colonialismo português durante séculos e séculos de opressão (MANÉ, 2020, p.40). Ademais,

a reforma do sistema educativo da Guiné-Bissau deve ser basicamente para pensar os currículos, pois estes estão muito distantes da realidade do país e precisam ser revisados e atualizados para atender novas exigências adaptadas à realidade do país (CÁ, 2005, p.155).

O sistema de ensino deve ser repensando, porque até hoje, os professores trabalham com o modelo de educação que os portugueses deixaram na época colonial.

Esse modelo não coaduna mais com as novas perspectivas do país, com a nova realidade pós independência desde ano de 1973, com a criação do novo Estado. A oficialização do uso obrigatória da língua portuguesa no sistema do ensino guineense trouxe um grande problema para a aprendizagem dos estudantes, pois, a língua crioula é mais falada e entendida pela população local. Portanto, sobre a questão do uso da língua portuguesa no ensino guineense, Sampa (2015, p.8), afirma que,

a língua é um fator importantíssimo para qualquer que seja o processo de aprendizagem, pois é com ela que podemos estabelecer a comunicação e conseqüentemente o diálogo que faz criar o ambiente da produção do conhecimento, sem o qual este ficaria complicado. Por isso que Freire acredita que a melhor forma de ensinar é por via da linguagem maternal, que é a língua que as pessoas têm mais probabilidade de dominar.

A maior parte da população da Guiné-Bissau não sabe falar português, por isso, a proposição da língua crioula dentro da sala de aulas seria para facilitar a compreensão e assimilação dos conteúdos programáticos, assim como facilitaria o diálogo entre o professor e aluno durante o processo de interação em sala aula e extra-sala de aula. O Ministério da Educação deve pensar em implementar a língua crioula no currículo escolar. Nessa perspectiva, Freire (1990, p.18 *apud* CÁ, 2008, p.23) evidencia que “[...] o conhecimento não se produz no processo de interação entre escritor e leitor e entre o professor e educando no momento em que

se encontra na sala de aulas. O conhecimento é tanto aquilo que se oferece, quanto compreendido.” Continuado com a mesma linha de pensamento, Cá (2008) elucida que o conhecimento é o diálogo entre professor e aluno, não podemos confundir o conhecimento com um caixa eletrônico onde as pessoas depositam o dinheiro, ou seja, quando a professora entra em sala deve existir a interação entre ela e os educandos através da língua de manifestação cultural mais significativa das crianças.

## 7.2 FALTA DE INSUMOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

As infraestruturas são precárias nas escolas públicas na Guiné Bissau e encontram-se em condições deploráveis para tal, Indi (2017) aponta que,

Minha experiência como estudante assim como o depoimento de algumas professoras indicam a precariedade da situação, principalmente no que diz respeito à infraestrutura e as péssimas condições das salas de aula. Em algumas situações, até barracas são usadas como salas, a quantidade dos alunos por sala é grande. Principalmente nas zonas rurais, podemos encontrar em algumas localidades do país numa sala de aula, entre 45 a 50 alunos, com essa lotação dos alunos nas salas dificulta os professores a ter um controle total nas aulas e até mesmo fiscalização na hora das avaliações (p.11).

Muitas vezes, durante avaliação, os professores dividem a turma para facilitar na vigia para que alunos não colassem (fizessem cópia); a maioria das escolas públicas se encontra com falta de carteiras nas salas de aula; quadro negro com rachaduras, alguns pavilhões feitos com *quirirntim*<sup>7</sup>. “A falta de sanitários é outra questão, em algumas escolas só existe um para todos os estudantes, quer para homens assim como para as mulheres. Em muitas escolas praticamente não existem” (INDI, 2017, p.11). Banheiro sem condição de uso e muitos alunos acabam por fazer as suas necessidades atrás dos pavilhões das escolas. Os estudantes do turno da noite, muitas vezes, não têm aulas por falta de energia e dentre outros materiais, por um lado, e, por outro, há falta de biblioteca em algumas escolas e nas outras há bibliotecas, mas com pouco livros, que não atendem às necessidades dos alunos. As crises dos finais de década de oitenta fazem-se sentir de forma negativa na Guiné-Bissau.

em virtude da crise na educação iniciada no final dos anos oitenta na Guiné-Bissau, os efeitos foram muito negativos: as taxas de matrícula em declínio, as taxas de repetência e os frequentes conflitos entre professores e alunos, e uma relação entre professor/estudante baixa eram indicadores que mostravam que o sistema de educação era de baixa qualidade e eficiência. O sistema de ensino era adversamente afetado pelo complexo problema do idioma, currículo inadequado, pobre preparação dos

---

<sup>7</sup> Canos de bambu.

professores, falta de material de instrução e uma infraestrutura escolar deficiente. Uma supervisão inadequada contribuía, também, para a baixa qualidade e eficácia interna (CÁ, 2005, p.175).

Tudo isso fez com que a educação começasse a declinar até os dias atuais, os professores ainda trabalham com os textos de 10 anos atrás, isto é, em parte não há uma reformulação das políticas curriculares e a carga horária é muito reduzida.

As escolas funcionam sem instrumentos bases de gestão como, por exemplo, projeto educativo, plano de atividade, orçamento e, em muito caso, não existem os arquivos e históricos escolares. Quando um diretor é substituído, leva com ele todas as informações escolares. O novo diretor nomeado é obrigado a começar tudo de novo (MORGADO, 2019, p.45).

Por isso que até hoje não há avanço na área da educação porque cada diretor entra com o seu projeto e sai com ele sem deixar a orientação para o novo substituto. No ano de 2003, o Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau elaborou um programa para melhoria do ensino e aprendizagem no país. Dentre as diretrizes, Semedo (2005, p.5-6) aponta o seguinte:

- Para que todas as crianças do 1º ao 6º ano tenham acesso à escola gratuita;
- A Reforma do Sistema de Gestão de Recursos educativos fazendo revisão dos currículos do ensino básico;
- Fazer reformas nas escolas, instalação mobiliar de qualidades no ensino básico e secundário no país.

O projeto nunca foi executado por tal governo devido aos sucessivos problemas que acontecem no país, ou seja, devido às cíclicas interrupções no processo de experiência democrático que acarretam instabilidade política na Guiné-Bissau. Nessa senda, nenhum governo implementou a proposta referenciada anteriormente, o que fez com que a maioria das escolas públicas da região de Quinara, Bafatá, Gabú, Biombo e Oio, pais e encarregados de educação das crianças optassem por assinar um acordo com o governo junto ao Ministério da Educação para tornar algumas escolas com o propósito autogestionário.

“Escolas que funcionam em cogestão, onde estão implicados três parceiros: a comunidade local, entidade religiosa (Missão Católica) e o Ministério da Educação que todas as escolas são da autogestão” (MORGADO, 2019, p.41). Pais e encarregados dos alunos assumem para pagar os professores, pois, para que esses alunos não ficassem parados sem ir à escola,

Além disso, compete ainda à comunidade fornecer mão-de-obra para a sua construção, participar nas atividades escolares, zelar pela conservação dos edifícios escolares e contribuir financeiramente para o pagamento de um subsídio aos professores de forma a suprirem, em parte, os problemas de subsistência criados pelo atraso no pagamento dos salários pelo Ministério da Educação, responsável pela sua colocação. (MORGADO, 2019, p.41)

A maioria das escolas públicas acaba por adotar esse regime de autogestão, porque permite aos alunos ter um bom aproveitamento durante o ano letivo, assim também como os professores vão ter mais vontade de dar as aulas, como afirma o Scantamburlo (2013, p.139),

O regime de autogestão tem facilitado uma escola de qualidade (garantindo livros, material didático de apoio e professores com a vocação e a vontade de ensinar e, ao mesmo tempo, de continuar a aprender por meio de cursos de superação em sala de aulas e em exercício), e sobretudo tem ajudado os pais e encarregados de educação a iniciar o caminho da boa gestão, da autonomia financeira e da colaboração entre o Estado e a Comunidade.

Sendo assim, a maioria das escolas públicas acaba por aderir a esse projeto de autogestão. Portanto, ajuda os alunos e alivia a preocupação dos pais e encarregados de educação que queriam que seus filhos não ficassem com a interrupção, sem estudar, pois, as greves já não são mais uma preocupação para os pais e encarregados da educação, com a autogestão das escolas.

### 7.3 ESCOLA PRIVADA

O pequeno número de escolas públicas no país, fez com que surgisse muitas escolas privadas na Guiné-Bissau. Mas na maior parte dos alunos nessas escolas são filhos dos ministros e deputados da nação e a outra parte são filhos dos pais pobres que preferem passar necessidades, mas que querem uma boa educação e formação dos seus filhos ou filhas das mães badeiras<sup>8</sup>. “Por um lado, existem escolas com melhores condições de funcionamento onde aqueles que deveriam zelar para o bem público, utilizam-se dos recursos públicos para colocar filhos e apadrinhados; por outro lado, existem escolas privadas sem estrutura para o seu funcionamento, onde as crianças das classes populares que não conseguem vaga na escola pública estudam” (ASSANE, 2017 p.95).

Podemos perceber que na Guiné-Bissau a melhoria no setor do ensino é o plano que está engavetado, pois, os responsáveis que estão a dirigir o país não se importam com a condição

---

<sup>8</sup> São Mulheres que vendem no mercado ou feira para ajudar os seus maridos na despesa de casa, uma vez que os salários percebidos por eles são irrisórios que não dão nem para cobrir as despesas de casa.

que o sistema do ensino está a travessar desde tempos remotos até dias atuais. Existem no país escolas privadas onde estudam filhos das elites no caso da Escola Portuguesa, José de Sousa, Solidariedade e Liceu João XVIII. Também podemos encontrar escolas particulares (de explicação ou reforço), filhos dos pais carenciados que não têm condições de pagar mensalidade nas escolas privadas, mas querem ver seus filhos a estudar sem greves é que frequentam essas escolas.

Cá (2009, p.49) aponta que

[...] essas escolas particulares que o depoente menciona eram chamadas a partir de 1975 de escolas de explicações. Escolas desse tipo se estendem até as casas dos vizinhos do professor. Essas escolas de explicação eram pagas pela família das crianças e, durante a colonização, o conteúdo dado nessas escolas era o mesmo dado também nas escolas oficiais do período colonial (escolas centrais e das missões católicas). A única diferença, é que nessas escolas particulares (escolas de explicações), o professor adiantava três matérias à frente das escolas oficiais e também ajudava o aluno a superar as dificuldades encontradas na gramática, na matemática etc. Essas escolas particulares ajudavam muitos alunos na compreensão das matérias das escolas oficiais onde havia muita concorrência.

A partir do ano de 1975, as escolas particulares passaram a ser chamadas escola de explicação, quem dava aulas nelas eram os mesmos professores das escolas públicas e privadas. Essas escolas funcionavam em casas velhas e barracas até na varanda da casa, mas mesmo assim os alunos conseguiam assimilar os conteúdos, principalmente, aqueles que tinham dificuldades na gramática e matemática. Mas, hoje a escola sofre alteração no que tange à infraestrutura; anteriormente, os professores davam aulas nos lugares que havíamos referido, mas hoje a maioria das escolas é feita de concreto, não mais de taipa.

#### 7.4 ENSINO SUPERIOR NA GUINÉ-BISSAU

Nessa seção abordamos a questão do ensino superior na Guiné-Bissau e as dificuldades que os estudantes enfrentam no que tange ao descaso dos governantes, uma vez que não dão muita atenção ao setor do ensino e a falta de infraestrutura nas universidades e nas escolas de formação. Podemos perceber que o ensino superior não era prioridade para o colonialismo português porque para eles só se podia ensinar os guineenses a ler, escrever e contar em português corretamente até 4º série com objetivo de atender aos interesses da colonização ou seja, ensinavam para a sujeição. O medo dos europeus de haver instituições de Ensino Superior (IES) era para que os africanos não tivessem um olhar crítico contra o sistema colonial de subjugação e espoliação.

Toda essa política colonial fez com que houvesse o atraso significativo na educação; podemos perceber isso numa entrevista dada para Cá por Balde em 2009 onde concluíram que [...]

O atraso da educação quando fizermos a comparação com outros países colonizados por portugueses como no caso de: Angola, Moçambique e Cabo-Verde é que até no ano de 1882 Guiné-Portuguesa a atual Guiné-Bissau era um distrito de Cabo-verde na época colonial, o português já havia construindo liceu e escolas no Cabo-Verde na época colonial (CÁ, 2009,p.40).

Há necessidade imperiosa de ter um ensino superior de qualidade no país, é porque permite uma convivência social dos jovens para poder se inserir no mundo globalizado. Por isso a análise da situação do ensino superior na Guiné-Bissau.

Em 1976 foi criada a Escola Nacional de Saúde com o objetivo de formar os profissionais que iriam atuar na área de saúde. No ano seguinte, foi criada Escola de Formação Amílcar Cabral em Bolama<sup>9</sup>, com o objetivo de formar os professores para atuar no setor de ensino do país. Em 1979 também foi aberta a Escola Normal Superior Tchico Té em Bissau com o fito de formar os professores para exercer o magistério no Curso Geral dos Liceus. No mesmo ano foi criada Faculdade de Direito em Bissau (FDB) e em 1982 o Centro de Formação Administrativa atual Escola Nacional de Administração (ENA) com objetivo de formar os quadros para atuar na administração pública do país. No ano de 1986, foi aberta a Faculdade de Medicina através da cooperação entre Guiné-Bissau, Cuba e Holanda com o objetivo de atuar na área da saúde pública e em 2001, Instituto Camões em língua Portuguesa uma cooperação entre Guiné Bissau e Portugal.

Portanto, a realidade da educação superior faz crerem um futuro encorajador no que se refere ao número das instituições de ensino. Mesmo com as dificuldades de pagamento das taxas de inscrição e das mensalidades cobradas, tem havido a cada ano um número crescente de jovens com interesse em continuar os estudos superiores todas essas instituições supracitadas, não mostra nenhum um avanço no desenvolvimento do país uma vez que, são instituições pagas pelos pais e encarregados, isso dificulta a maioria dos alunos a ter acesso por falta da condição financeira. (SANI 2014, p.137)

Foi no ano 2003 que o Estado guineense criou a sua primeira Universidade Pública, homenageando o grande líder que lutou para Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, Universidade Amílcar Cabral<sup>10</sup> (UAC), como aponta Sucuma (2013) na época as universidades

<sup>9</sup> Bolama foi capital da Guiné-Bissau antes da luta da libertação Nacional do país

<sup>10</sup>

eram pagas pelos alunos no valor 10.000 Fcfa<sup>11</sup>, para poder permanecer na Universidades no ano 20003/2004. Os estudantes enfrentavam maiores dificuldades:

Uma das grandes dificuldades da maioria dos alunos da universidade está no pagamento da mensalidade, visto que os encarregados de educação dos alunos são funcionários do Estado que possuem um piso salarial muito baixo e insuficiente para cobrir as despesas alimentares, saúde e educação, onde ainda são descontados os impostos (SUCUMA, 2013, p.8).

O mesmo aponta que a maioria das dificuldades que os alunos afrentavam tinha a ver com os pagamentos das mensalidades, uma vez que os pais desses alunos eram funcionários públicos e recebiam salários que davam para custear, ou seja, para cobrir as despesas familiares, como no caso de transporte e alimentação.

Segundo Sani (2014, *apud* Ié, 2016, p.23) a universidade não teve grande sucesso, por fim acabou por fechar por falta da condição financeira. Assim, o governo não tinha mais condição de continuar mantendo a universidade, encerraram as atividades e assinou um acordo com grupo Lusófona de Portugal, no ano 2007 onde passou a ser denominada Universidade Lusófona da Guiné-Bissau (ULGB), no ano 2003 foi criada a primeira Universidade Privada do país Universidades Colinas Boé (UCB) com seguintes cursos: Comunicação social, Administração Pública, Direito etc.

Segundo Sani (2014, p.135),

portanto, a partir da criação de instituições universitárias no país, depreende-se que tem crescido as privadas. Contudo, nota-se lacunas na oferta de cursos, pois nenhuma destas oferece cursos de Agricultura e de Pesca, áreas consideradas base da nossa economia. DENARP II (2011). Quanto à sua localização, quase todas concentram-se na capital Bissau, com exceção da FM/ ENS, Escola de formação “Amílcar Cabral”, situada em Bolama, e da Escola Nacional de Administração (ENA) com delegações regionais em Bafatá, Canchungo e Buba.

Com a falta das instituições de ensino superior pública no país fez com que houvesse um grande crescimento das universidades privadas. Além disso, os cursos que são ofertados nessas instituições, a maioria não tem nada a ver com a realidade do país. Entretanto, a falta da universidade pública fez com que muitos jovens da classe baixa sem condições de custear seus estudos ficassem sem a formação superior.

A maioria das instituições supracitadas estão centralizadas na capital Bissau, isso dificulta muitos alunos que vivem no interior do país, assim favorece o êxodo rural, provocando

---

<sup>11</sup> Franco de Comunidade Financeira Africana. Na época da colonização esta moeda significava Franco de Colônia Francesa Africana). 10.000 Fcfa correspondem aproximadamente USD 24 dólares americanos, equivalente a R\$ 49, 36, podendo variar de acordo com o câmbio. SUCUMA (2013)



fluxo de jovens do interior para a capital Bissau. Isto posto, o governo deve pensar a maneira de criar instituições de ensino superior e escolas de formação nas regiões do país onde alunos poderiam ter a acesso.

#### **7.4.1 Falta de infraestrutura e a dificuldade no ensino superior na Guiné-Bissau**

No que se concerne à falta de infraestrutura no ensino Superior do país, percebe-se que as universidades se encontram numa situação precária tanto público-privada ou privada, o laboratório com pouco material para estudantes da área de Saúde, bibliotecas sem livros para as leituras necessárias e a maioria de professores incapacitados para dar aulas. Ié (2016) aponta os seguintes problemas que o ensino Superior do país enfrenta:

- O estado investe pouco na área da educação, principalmente no caso do ensino público;
- Os alunos têm dificuldades de acesso ao Ensino Superior por falta da condição financeira, isso impossibilita a sua permeância sejam públicas ou privadas;
- Os professores recebem salários muito baixos, problemas dos professores com falta de qualificação apropriada, o Estado junto ao Ministério da Educação deve fazer atualização dos currículos escolares;
- Havia um atraso enorme no país no que tange à Educação porque os colonizadores portugueses não queriam uma educação voltado ao ensino superior no país.

As dificuldades mencionadas sobre o ensino superior levam a maioria dos jovens guineenses a procurar bolsas de estudo no exterior para se formar, e terem uma educação de qualidade que o país de origem não lhes oferece. De acordo com Ié (2016, p 24,25),

é necessário um país como Guiné-Bissau possuir a elaboração de planos de desenvolvimento institucional de Ensino Superior para sua mudança e ampliação das universidades pelo país. Descentralizar o poder administrativo no setor da educação como forma de permitir que os jovens tenham acesso a formação superior nas regiões onde estas se encontram.

Podemos perceber que a elaboração do novo plano para o desenvolvimento do ensino deve ser a criação das universidades no país, a descentralização das instituições e universidades e montar um conteúdo que vai fazer parte da nossa realidade, porque até hoje os alunos não trabalham com o conteúdo que condiz com a realidade do país. Também o governo

deve criar mais universidades e expandi-las para todas as regiões, possibilitando maior acesso e permanência dos jovens nas universidades.

O ensino superior é responsável pelo desenvolvimento de qualquer sociedade, portanto, incentivar os jovens e dar uma educação para todos é a condição para o desenvolvimento de qualquer nação. Assim, o governo junto ao Ministério da Educação deve buscar solução viável para resolver esse problema do ensino superior no país.

## 7.5 DISPARIDADE DE GÊNERO NO PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES GUINEENSES PARA UNILAB

Tratar do gênero no processo seletivo dos estudantes guineenses é abordar como a questão feminina é vista na sociedade guineense dado que as práticas culturais machistas no país reservam às mulheres a condição de ser progenitoras. A iniquidade de gênero no processo seletivo de estudantes guineenses na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é resquício do que tem sido a história da Guiné-Bissau em que as mulheres foram histórica, social, econômica, política e academicamente excluídas dos espaços de produção de conhecimento, do acesso e a permanência das meninas nas escolas. Segundo a socióloga nigeriana Oyěwùmí (2004), a esposa nunca fica fora do domicílio, como um caracol, ela carrega a casa em torno de si mesma. Então tratar de gênero ainda é um tabu na escola como na família no país. Parece haver um sentimento de que quando se fala de gênero, as pessoas estão se referindo à mulher.

Em *Fala Mindjer* (2018 apud MONTEIRO, 2020, p. 2) percebe-se que se “discute sobre a educação baseada nas divisões de tarefas pelo sexo. Meninas ficam mais encarregadas dos afazeres domésticos, não sobrando tempo para interação, lazer e participação nas associações/associativismos” e outros espaços que lhes permitem desenvolver as suas habilidades e competência. No país, em maioria de caso, são as meninas que fazem todas as tarefas domésticas, enquanto os meninos são ensinados a jogar a bola e frequentar outros espaços de lazer. Ademais, são as meninas que são responsáveis para varrer, limpar cuidar da casa, preparar o almoço e lavar a louça. Todas essas atividades designadas exclusivamente para as meninas fazem com que elas percam muitas horas nos trabalhos domésticos e sem a possibilidade de ter as mesmas oportunidades de tempo de estudo. Devido a essa situação, a maioria delas acaba por evadir-se das escolas

Corroborando com isso, Domingas (2015) numa entrevista concedida à Impanta afirma que o problema da educação tem a ver com questões culturais, porque para os nossos

mais velhos o lugar da mulher é na cozinha. As meninas às vezes, abandonam as aulas por vergonha, depois que se tornam mães [...] (IMPANTA, 2015, p.57), nesse sentido, muitas das vezes tal desistência pelo estudo se baseia na gravidez precoce ou também são obrigadas a se casarem, uma vez que em certas circunstâncias, na cultura guineense, há certas (re)produção de uma lógica de que as mulheres não precisam estudar muito para ser doutoras e sim, precisam ser mãe-dona-de-casa. Pois isso acaba contribuindo no fracasso escolar delas. Assim, a sociedade guineense impõe que dever de mulher é de cuidar da casa e se procriar. Com isso, podemos perceber que,

na verdade, isso acontece porque a sociedade guineense é uma sociedade muito machista e acima de tudo tem gente que defende que a escola não é o lugar para as mulheres, elas deviam cuidar só da casa e das crianças, ou seja, isso influenciou muito na alta taxa de analfabetismo na camada feminina, e até hoje dentro da sociedade guineense existem pessoas reproduzindo essa ideia machista (GOMES, 2016, p.41).

Em algumas culturas étnicas na Guiné-Bissau, as meninas são proibidas de frequentar escola, portanto, são entendidas como o sexo frágil, na maioria das culturas africanas, basta a menina ver a primeira menstruação, quando o pai souber, inicia-se os planos de dar a filha em casamento o que leva as meninas pertencentes a essas etnias, a abandonar a escola para se casar. Na mesma linha de arguição, Chiziane (2013) destaca que, na infância as meninas imitam as suas mães na brincadeira no caso de ser mãe cozinheira, quando aparece a primeira menstruação a menina é obrigada a se casar com o homem velho, muitas das vezes sem dentes, não era permitido que as meninas estudassem ou sonhassem mais alto, a única coisa que se pode é de se casar e ter filho, tudo isso contribui muito na alta taxa de analfabetismo das meninas. Em muitas dessas famílias, os meninos têm mais oportunidade de estudar do que as meninas como aponta Fatumata entrevistada por Impanta.

Eu acho o problema da educação das meninas na Guiné [Bissau] abrange tudo, por exemplo, às vezes quando os pais não têm uma economia capaz de sustentar a escola de todos os seus filhos, de preferência mandam os homens em vez das mulheres. Aconteceu o mesmo comigo quando o meu tio queria me mandar para estudar uma pessoa lhe disse que não era bom, pois o lugar da mulher é na cozinha, e o papel da mulher é ficar em casa para cuidar dos filhos (IMPANTA, 2015, p.57).

Nas condições financeiras precárias, as famílias outrora preferem dar oportunidades aos meninos do que as meninas. Há sentimento de que as mulheres devem cuidar das casas, enquanto os meninos são ensinados a serem os mais “fortes”. Essa situação acaba por abrir um espaço para a (re)produção das desigualdades sociais e hierarquias entre os gêneros. Há uma

construção de que o lugar das mulheres é de fazer os trabalhos domésticos, remetendo a mulher como aquela que deve ser hospitaleira.

No que concerne à família que vive no interior do país é muito difícil uma menina terminar estudo ou pelo menos concluir os 12 anos de escolaridade, considerando que os liceus do país ficam centralizados na capital Bissau, isso impende com que as meninas continuassem a estudar, porque na maioria das vezes, os pais preferem mandar o menino para estudar do que a menina. Posto isto, social, histórica e culturalmente as pessoas aprendem a pensar que os papéis designados a homens são mais valorizados. Isto leva a maiores benefícios e oportunidades para rapazes e homens, em comparação a meninas e mulheres (BATICÂ, 2015, p. 8).

Considerando esses elementos, percebe-se que a sociedade (re)produz um conjunto de narrativas para inferiorizar as mulheres. Esta postura faz com que na maioria das vezes elas sejam, vistas como sexo frágil, ou seja, criaram os estereótipos de que a mulher não pode ficar fora de casa ou sonhar mais alto no que tange a estudar e se formar. Em algumas situações quando a mulher é formada gera uma preocupação e/ou medo para os homens.

**Tabela 1** - presença das meninas no processo seletivo da UNILAB

<b>Editais</b>	<b>Aprovados</b>	<b>Meninas</b>	<b>Meninos</b>	<b>Meninas Humanidades CE</b>	<b>Meninos Humanidades CE</b>
<b>2014</b>	88	16	72	2	16
<b>2015</b>	109	43	66	18	34
<b>2016</b>	190	64	126	16	25
<b>2017</b>	128	43	85	9	19
<b>2018</b>	136	51	85	14	14

Fonte: UNILAB- editais 2014 a 2018

Em cada ano, desde 2011, a UNILAB lança um edital para o processo seletivos dos estudantes estrangeiros; esses editais normalmente, são divididos em entradas, em dois *campi* universitários: o campus universitário do Ceará, em Redenção e o *campus* universitário da Bahia, em São Francisco do Conde. Quando os editais são lançados, há sempre demanda dos guineenses em participar dos processos seletivos; participação que inclui os meninos e as meninas, como se constata nos dados da tabela anterior. No edital 2014, foram aprovadas e

selecionadas 2 (duas) meninas no curso de Bacharelado em humanidades no Ceará, uma menina em cada entrada no total de 88 aprovados.

No edital 2015, houve mais inscritos das meninas do que edital 2014, porque os estudantes das humanidades e letras que deveriam ir para o campus da Bahia, todos foram para o campus do Ceará, por isso, que é um edital com maiores números das meninas no curso das humanidades, a partir daí, houve aumento dos estudantes aprovados que eram num total de 88, no edital de 2014 para 136 no edital de 2018.

No edital 2016 foram aprovados no total 190 estudantes, dos quais 16 eram meninas para o curso das humanidades no Ceará, também é um edital com maior número de aprovados. No edital 2017, a taxa dos aprovados caiu novamente que era 190; no edital 2016 e passou a ser 128 no edital 2017, além disso, é o segundo edital com pouca participação das meninas no curso das humanidades. Só foram aprovadas 9 meninas para curso de humanidades em todas as entradas. No edital 2018 é um edital que tem equidade de gênero, onde foram aprovados 136 estudantes no total, dos quais 14 meninas e 14 meninos para o curso de humanidade no Estado do Ceará.

Considera-se a partir dos dados referidos que houve pouca participação das meninas no processo seletivo, embora reconheçamos que houve algum avanço significativo, mas a situação da equidade no processo seletivo ainda merece uma análise multicausal. A razão da pouca participação das meninas no processo seletivo pode ser associada a vários outros fatores como, por exemplo, culturais, sociais, econômicas e políticas. No que concerne às questões culturais, há grupo étnico na Guiné-Bissau que prefere dar mais oportunidades aos meninos do que as meninas porque para ele, as meninas vão se casar e ter que sair de casa dos pais, enquanto que os meninos ficam em casa com os seus pais. Então, a prioridade para os estudos deve ser sempre dada para os meninos, pois a sociedade guineense de modo geral, não reconhece o papel da mulher, considerando-a como progenitora e cuidadora do lar.

Na Guiné-Bissau existe um período sazonal, demarcando a época da colheita de arroz ou castanha de caju<sup>12</sup>. Em decorrência dessa periodização temporal, algumas famílias decidem retirar as suas crianças nas escolas levando-as para essa atividade econômica de castanha de caju e/ou de arroz. Essas famílias normalmente carecem de meios socioeconômicos para deixar as crianças continuarem os estudos. Se enquadram na frequência irregular da escola porque todos os anos a situação se repete. Outrossim, em algumas situações essas crianças são

---

<sup>12</sup> Castanha de caju é uma importante fonte de rendimento para famílias camponeses.

retiradas para ajudar as mães a vender no mercado. Esses fatores acabam por contribuir no fracasso escolar ou evasão escolar das crianças.

Do ponto de vista político, o Estado da Guiné-Bissau ainda não conseguiu resolver esse problema pelo qual as crianças são retiradas nas escolas periodicamente. Por isso, deve haver uma sensibilização ou uma campanha de conscientização dos pais e encarregados da educação a não fazer essas práticas, ou criar um semi-internato para essas crianças como um atrativo ou merenda escolar para que essas crianças pudessem permanecer nas escolas. A Guiné-Bissau é um estado ausente, não construiu políticas públicas que atendessem a camada mais desfavorecida da população guineenses. Em algumas regiões, as escolas são feitas de quirintins<sup>13</sup>, barracas, escolas feitas de taipa, sem livros e materiais didáticos

## 7.6 PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES AFRICANOS NA UNILAB: O CASO DOS ESTUDANTES DA GUINÉ-BISSAU

### 7.6.1 Cooperação Brasil/Guiné-Bissau

O Brasil possui a cooperação com vários países africanos para a formação dos jovens, principalmente os que fazem parte da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), mas o foco deste trabalho é sobre a cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau. Existe uma cooperação bilateral entre os dois países -Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) criado no ano 1965, objetivando oferecer vagas de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras para os estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo de cooperação educacional. (CÁ, 2009)

A ideia da criação de um Programa de Governo para receber estudantes de outros países, é para ajudar na formação dos jovens africanos, no qual seus países assinaram uma cooperação na área educacional. Essa cooperação entre o Brasil e os países da CPLP fez com que houvesse um grande aumento do número de estrangeiros, ou melhor, dos estudantes africanos nas universidades brasileiras (BRASIL, 2013).

Como destaca (Djaló, 2014, p.141)

desse modo, a pós-independência (1974) trouxe mais desafios para a reforma profunda do ensino, desde conteúdos até os currículos na execução desses programas; o país que era recém-independente, precisando de recursos humanos, e o decreto nº 15/1976, publicado em abril de 1976, no Boletim Oficial, número 17, permitiu à

<sup>13</sup> Construídas com materiais locais (bambu).

Guiné-Bissau fazer acordos bilaterais com alguns países, a fim de enviar mais jovens guineenses para formação no exterior.

Como explica Djalo a partir da data da publicação do decreto nº 15/1976 permitiu aos jovens deslocarem para o Brasil com o fito de se formar. Cá (2009) salienta-se que a relação entre a Guiné-Bissau e o Brasil é mais evidente nas áreas de educação, tecnologia e cooperação cultural; as relações econômicas (comércio e investimento) têm grande potencial de crescimento, mas num ritmo reduzido. O fato de a Guiné-Bissau ser o único país de língua portuguesa da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) abre boas perspectivas para o fluxo crescente de comércio com o Brasil. No entanto, após a independência do domínio colonial português em 1974, os primeiros estudantes guineenses chegaram ao Brasil e o número tem crescido a cada ano desde então.

Conforme a autora, podemos perceber que a Embaixada do Brasil existe na Guiné-Bissau desde 1975, depois da independência do país, o fortalecimento e diversificação das relações entre os dois países marcaram laços de amizade entre os ex-presidente da Guiné-Bissau General João Bernardo Vieira e ex-presidente do Brasil General João Figueiredo (CÁ, 2009).

O Programa PEC-G permite aos estudantes internacionais de estudar de forma gratuita sem pagar nada em várias universidades Públicas do país, mas sem receber auxílio moradia, transporte e alimentação. Então para que esses estudantes conseguissem alguma bolsa tinham que ter projeto de pesquisa de iniciação científica, monitoria ou receber ajuda dos seus familiares para arcar com as suas despesas porque na época era proibido aos estudantes do PEC-G estudar e trabalhar.

No ano 2013 o manual do PEC-G foi atualizado, houve algumas mudanças, de acordo com decreto nº 7.948 de 2013 que obriga todas as instituições que participam do programa apoiar os estudantes, com auxílio moradia, transporte ou alimentação durante os estudos, com objetivo de facilitar esses estudantes a ter um bom aproveitamento acadêmico. (BRASIL, 2013).

### **7.6.2 Processo seletivo dos estudantes guineenses no caso UNILAB**

A UNILAB foi criada pela Lei 12.289 de 20 de julho de 2010 na região do Maciço de Baturité, na Cidade de Redenção, a escolha dessa cidade para construir a universidade é porque foi a primeira cidade que aboliu a escravidão no Brasil no ano de 1883 (UNILAB, 2010, p. 9).

Nessa seção explicaremos como ocorria o processo seletivo dos estudantes para estudar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

Para fazer inscrição era preciso entrar no site da UNILAB. Para se inscrever era necessário anexar o histórico escolar de 10º, 11º e 12º anos. Todos esses documentos precisam ser juntados num só anexo em formato de *Portable Document Format* (PDF) e Bilhete de Identidade (BI) também deve ser um anexo, mas em formato de *Joint Pictures Expert Group* (JPEG). Também durante a inscrição havia a possibilidade de o candidato escolher se pretende vir no primeiro grupo dos estudantes ou no segundo grupo. O passo seguinte era avaliação dos documentos dos principais candidatos.

Depois da inscrição todos os documentos passavam por um processo de avaliação. Nessa fase de avaliação, os candidatos que não fizeram inscrição conforme as normas que a UNILAB estabeleceu para o efeito, os candidatos e candidatas eram indeferidos e indeferidas. A segunda fase do processo era a avaliação do histórico escolar de todos os candidatos. Nessa fase era preciso ter melhores notas no histórico escolar. Porém era muito importante porque fazia parte dos requisitos para que um candidato pudesse passar de uma fase a outra do processo.

O processo seletivo dos estudantes internacionais era organizado e aplicado pela UNILAB, isto é, a elaboração das provas e sua aplicação nos países parceiros, e delegavam um grupo dos professores/as responsáveis de levar essas provas para Embaixada do Brasil em cada país. Assim, não havia interferência do Ministério da Educação da Guiné-Bissau nesse processo.

As provas aconteciam no Liceu Dr. Agostinho Neto em Bissau; os professores delegados pela UNILAB junto com alguns funcionários da Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau trabalhavam juntos na vigia das provas. Para fazer prova era exigido que o candidato chegasse muito cedo antes do horário estipulado para o início das provas. Normalmente, as provas costumavam iniciar às 09h00 e terminam às 12h00. Outrossim, era necessário que o candidato levasse o seu comprovante de inscrição e bilhete de identidade. Isso porque podia haver homônimas (pessoas com o mesmo nome e sobrenome), mas se estes candidatos estiverem com seus comprovantes de inscrição ajudariam na identificação das candidaturas.

Depois que os testes forem realizados nos países que fazem parte da cooperação com a UNILAB, os professores responsáveis para cuidar das provas, voltavam com as provas para o Brasil, onde eram corrigidas pela comissão responsável.



## 7.7 PREPARATIVO DE IDA PARA O BRASIL

Depois da divulgação do resultado, os candidatos deferidos ou aprovados criavam uma comissão responsável para procurar informações na Embaixada do Brasil na Guiné-Bissau e depois passar essas informações aos restantes dos colegas selecionados. Informações como, por exemplo: documentos necessários para fazer e as datas para entregá-los; pré-matrícula na UNILAB; data da entrega do visto pela Embaixada do Brasil em Bissau; data da viagem dos estudantes internacionais; a reunião sempre acontecia, no Centro Cultural Brasil Guiné-Bissau.

Fazer documentos nos Ministérios da Guiné-Bissau não era uma tarefa fácil; então todos os candidatos precisavam passar pelo Ministério do Interior da Guiné-Bissau para conseguir renovar ou fazer novo passaporte, pois precisam de um passaporte que terá no máximo a duração de 4 a 5 anos. Mas para fazer passaporte precisava-se tirar certidão narrativa completa, registro criminal, documentos difíceis de conseguir, as vezes precisava-se viajar para regiões de Bissau para conseguir as certidões, isto é, havia colegas que não nasceram em Bissau. Era um processo muito difícil, às vezes, com toda documentação pronta ainda era preciso pagar um dinheiro extra para poder conseguir o mais rápido e ter a documentação em mão.

Além do passaporte, tinha-se que levar todos os documentos para ser autenticados no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Para efeito de autenticação era preciso pagar 3500 Franco CFA a cada documento. Além de autenticar os documentos no Ministério dos Negócios Estrangeiros tinha-se que autenticar todos no Ministério da Justiça e também na Embaixada do Brasil.

Em alguns casos, a maioria dos estudantes passavam por muitas dificuldades, porque a família não tinha condições para conseguir dinheiro no momento; as vezes, estes acabavam recorrendo ou pedindo ajuda aos familiares, ou a família acabava por vender um objeto ou um bem valioso, só para conseguir dinheiro para resolver o problema da documentação do filho/a.

Preço do visto era diferente, estudante que entregasse dois termos de responsabilidade eram cobrados preço mais alto em relação aquele que tinham só um termo de responsabilidade. Para esclarecer sobre a questão dos estudantes que entregavam dois termos eram os que não conseguiram encontrar um responsável que tivesse um salário equivalente a 900,00 USD que a UNILAB pedia na altura, razão da entrega de dois termos.

Ademais, as viragens para conseguir documentação nos ministérios, havia a questão da vacina internacional que podia evitar de ser infetado com alguma doença. Para poder viajar era obrigatório a vacina internacional.

Depois da entrega de toda a documentação necessária solicitada pela UNILAB. Estes documentos passavam por análise na Embaixada do Brasil em Bissau. Se tudo estiver conforme era necessário apresentar passagem aérea para Brasil, para que a Embaixada pudesse entregar o visto. Também era preciso que o estudante tivesse dinheiro de bolso, o que a maioria não conseguia ter no momento. Muitos acabavam por viajar sem ter valor para os primeiros meses na UNILAB

## 7.8 POLÍTICA DE ACOLHIMENTO NA UNILAB

Nessa sessão debateremos sobre como ocorre o processo de acolhimento dos estudantes novos ingressos na UNILAB. Havia uma política de acolhimento dos novos ingressos na UNILAB da responsabilidade da Pró-reitora de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAAE). Esse processo funcionava da seguinte maneira: assim que o resultado saísse, os estudantes deferidos no processo seletivo dos estudantes estrangeiros, a universidade abria um edital do acolhimento e de tutores<sup>14</sup> onde os veteranos se inscreviam para receber os seus amigos, irmãos, conhecidos e as vezes, não conhecidos. Esse processo durava no máximo três (3) meses.

Para se inscrever no edital de acolhimento dos calouros, era preciso preencher um formulário onde se devia constar o nome do estudante que iria acolher. É importante ressaltar que o acolhedor ou acolhedora podia receber mais do que um acolhido, também era preciso escrever uma carta explicando o motivo de se interessar em acolher pessoa, depois de entregar o formulário, os responsáveis pelo processo do acolhimento faziam as seguintes perguntas aos alunos veteranos que se inscreveram para receber os novos ingressos: você mora sozinho ou mora com outras pessoas, e se você tem condição para receber pessoa? Na base das respostas, os responsáveis do processo avaliavam se esse estudante tinha condições de acolher os novos ingressos ou não, assim que sair o resultado, a Pró-reitora de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAAE) mandava um e-mail, convocando uma reunião com os acolhedores, o objetivo dessa reunião seria para esclarecer aos acolhedores como e para que servia o dinheiro que os acolhedores receberiam durante os três meses. Os 200,00 reais que os acolhedores recebiam, era para ajudar na compra da comida em casa, pagar internet e a energia.

---

<sup>14</sup> São alunos veteranos responsáveis no acompanhamento dos novos ingressos na Universidade (calouros), são eles que ficam com a responsabilidade de informar os recém-chegados os documentos ir ao Polícia Federal, tratar do visto e ao Receita Federal para fazer o CPF.

Na chega dos estudantes estrangeiros, os tutores e os responsáveis da PROPÆ costumavam organizar uma comitiva para receber no aeroporto os estudantes ingressantes na universidade, essa comitiva costuma estar no aeroporto antes do avião aterrissar. Ficavam à espera dos estudantes no aeroporto, assim que chegassem, passavam pelo controle da imigração para poder sair em grupo do Aeroporto Internacional Pinto Martins em Fortaleza com o destino para Acarapé e Redenção. Os acolhedores ficavam atentos nas paradas para receber os seus acolhidos. É importante ressaltar que os tutores costumavam elaborar uma lista de nomes de cada acolhedor ou acolhedora e seu acolhido ou acolhida.

Os tutores ao receber esses estudantes também o ajudavam a cadastrar no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e a familiarizar-se com a nova realidade do país acolhedor. É através do Sigaa que os professores/as mandam os textos, notas trabalhos para os estudantes.

Durante esses três meses, os estudantes recém-chegado passavam a comer no Restaurante Universitária (RU), sem pagar nada, pois, a PROPÆ pagava alimentação deles durante os três meses que não recebiam o auxílio. Mas quando começavam a receber o auxílio, a gestão do Restaurante Universitário suspendia a gratuidade através de cartões de acesso ao RU destes estudantes automaticamente.

## 8 CRONOGRAMA

Calendário para atividades	Primeiro Semestre	Segundo semestre	Terceiro semestre	Quarto semestre	Quinto semestre ou	Sexto semestre
Revisão Bibliográfica	X					
Análise e Discursão teórica		X				
Fichamento bibliografias e recolha dos dados			X			
Elaboração do Projeto				X		
Revisão da redação					X	
Apresentação dos trabalhos						X

ou defesa pública						
-------------------	--	--	--	--	--	--

## REFERÊNCIAS

ASSANE, Adelino Inácio. **Práticas curriculares no ensino básico: tecendo e narrando redes de experiências na formação continuada dos professores da disciplina de Ofícios em Moçambique**. 2017.

BATICÃ, Hélder Duarte. Manual de Igualdade Equidade de Gênero. Programa de Formação Avançada para ANEs. UE-PAANE – Programa de Apoio aos Atores Não Estatais “Nô Pintcha Pa Dizinvovimentu”. 2015. 43 p.

BECKER, Howard S. A epistemologia da pesquisa qualitativa. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 1, n. 2, 2014.

BLASER, Thomas et al. “Raça”, ressentimento e racismo: transformações na África do Sul. **Cadernos Pagu**, v. 35, p. 111-137, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão bibliográfica. **Razões práticas**, 2018.

BRASIL. Decreto no 7.948, de 12 de março de 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm)>. Acesso em: 24 junho. de 2021.

CÁ, Cristina Mandau Ocuni. **A trajetória dos quadros guineenses formados e em formação no Brasil na visão de estudantes e profissionais de 3º grau**. Campinas, SP (s.n) 2009.

CA, Lourenço Ocuni. **A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

CA, Lourenço Ocuni. **A perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau**. Campinas, SP (s.n.) 2005.

CHIZIANE, Paulina. [Testemunho] eu, mulher... Por uma nova visão do mundo. **Abril-NEPA/UFF**, v. 5, n. 10, p. 199-205, 2013.

DELP. Divisão de Temas Educacionais e Língua Portuguesa (DELP). Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. [dce.mre.gov.br](http://dce.mre.gov.br). Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2021.

DJALÓ, Mamadú et al. **Relações Sul-Sul: a cooperação Brasil-Guiné-Bissau na educação superior no período de 1990-2011**. 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. *Journal of personality and social psychology*, 56, p.88, 1989.

GOMES, Bruno. Uma análise crítica da educação e do sistema educacional em Guiné-Bissau. 2016.

IÉ, Ocante António. **O ensino superior na Guiné-Bissau e as contribuições da Unilab para a formação de jovens profissionais**. Redenção, Ce (s.n) 2016.

INDI, Milagre Nanque. **Fracasso educacional na Guiné-Bissau**. Redenção, Ce (s.n) 2017.

MANÉ, Aminata Nádia Gomes. *Escolas públicas na Guiné-Bissau e os caminhos que me levaram à UNILAB in: Histórias que se cruzam no além-mar: educação e memória nos espaços lusófonos*. Lourenço Ocuni Cá; Vanessa Pinto Rodrigues Farias; Jarles Lopes de Medeiros e Cristina Mandau Ocuni Cá (org.). Alexa Cultural: São Paulo, 2020.

MONTEIRO, Noêmia Armando. Educação familiar: influência na escolarização e nas escolhas sociais das mulheres guineenses. 2020.

MORGADO, N. **A direção e gestão de escolas públicas e privadas na Guiné-Bissau: perspectivas e práticas dos diretores**. (Tese de Doutorado). Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação de Lisboa. Lisboa, Portugal, 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-10, 2004.

PIMENTA, Fernando Tavares. **República e o colonialismo na África Portuguesa: elementos para uma reflexão**. Porto: Edições Afrontamento, 2012.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos. Lei de Bases do Sistema Educativo (LBE) 21 de maio de 2010. Define o enquadramento geral do sistema educativo da Guiné-Bissau. Boletim Oficial da Guiné Bissau. Guiné Bissau: Assembleia Nacional Popular, nº. 13, p.30-40, 2010. Suplemento. (ficha técnica por LOURENÇO OCUNI CÁ).

SAMPA, Pascoal Jorge. **Situação do Ensino Pública em Guiné-Bissau: desafios e Possibilidades para uma Educação de Qualidade**. Anais do VII FIPED, 2015.

SANI, Quecoi; OLIVEIRA, Marlize Rubin. Educação superior e desenvolvimento na Guiné-Bissau: contribuições, limites e desafios. *Pedagógica: Revista do programa de Pós-graduação em Educação-PPGE*, v. 16, n. 33, p. 127-152, 2014.

SCANTAMBURLO, Luigi. **O Léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: ensino bilingue português-crioulo guineense**. 2013.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. **Educação como direito**. Anais do Encontro Internacional.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. **Educação como direito. Revista Guineense de Educação e Cultura: estado da educação na Guiné-Bissau**. 2011.

<[http://www.dhnet.org.br/redes/guinebissau/semedo\\_educacao\\_como\\_direito.pdf](http://www.dhnet.org.br/redes/guinebissau/semedo_educacao_como_direito.pdf)>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2021.

SILVA E MENEZES, **Tipos de Metodologia**. Maxwell PUC-RIO (2000, P. 20). Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9443/9443\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9443/9443_4.PDF). Acesso em: 18/10/2019.

STRAUSS E CORBIN, **Tipos de Metodologia**. Maxwell PUC-RIO (1998). Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9443/9443\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9443/9443_4.PDF). Acesso em: 18/10/2019.

SUCUMA, Arnaldo. **Estado e ensino superior na Guiné-Bissau 1974-2008**. Universidade Federal de Pernambuco. João Pessoa, PB (s.n) 2013.

UNILAB. DIRETRIZES GERAIS. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -UNILAB. Academia.edu, 2010. Disponível em: [https://www.academia.edu/22298096/Universidade\\_da\\_Integra%C3%A7%C3%A3o\\_Internacional\\_da\\_Lusofonia\\_Afro\\_Brasileira\\_UNILAB\\_DIRETRIZES\\_GERAIS](https://www.academia.edu/22298096/Universidade_da_Integra%C3%A7%C3%A3o_Internacional_da_Lusofonia_Afro_Brasileira_UNILAB_DIRETRIZES_GERAIS)>. Acesso em: 15. jan.2021.

WEFFORT, C. Francisco, (Org.). **Os clássicos**. São Paulo: Atlas, 2006.